

ATA DA 053ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, faço uma saudação especial a todos que nos acompanham pela TVAL e Rádio Alesc.

Quero aproveitar para fazer o registro de que no próximo dia 11 de julho, às 19:30h, na Sociedade Recreativa Beneficente Amigos de Penha, teremos uma audiência pública para discutir a segurança nos municípios de Penha, Piçarras, Barra

Velha e Navegantes. Uma preposição das Câmaras de Vereadores desses municípios e que em conjunto tratam a questão segurança pela proximidade e pela necessidade.

Também quero registrar que recebemos da Fiesc o informativo Desempenho e Perspectivas da Indústria Catarinense 2013. Então, agradecemos o empenho e o encaminhamento pelo sr. Henry Quaresma, diretor de Relações Industriais. Esse informativo tem uma apresentação do presidente Glauco José Côrte.

(Passa a ler.)

"A Fiesc está lançando a 13ª edição da publicação Desempenho e Perspectivas da Indústria Catarinense. O trabalho foi realizado com o apoio do BRDE, parceiro desde a primeira edição.

No estudo constam informações sobre os investimentos industriais realizados em 2012 e as previsões para o triênio 2013 a 2015. O trabalho também traz uma síntese do comportamento econômico no ano passado e perspectivas para o atual.

Os baixos resultados da economia nacional em 2012 mostram que o novo ciclo de crescimento deverá se apoiar nos investimentos. Uma maior competitividade será possível através de investimentos em inovação, tecnologia e educação. Apoiar e acompanhar os investimentos industriais torna-se estratégico tanto para o crescimento industrial quanto do estado e do país.

Os governos precisam agir com sentido de urgência para tornar o ambiente mais favorável aos investimentos. A Fiesc, por sua vez, continuará trabalhando pelo aumento do desempenho industrial e pela melhoria da competitividade da indústria catarinense, um dos pilares para o desenvolvimento sustentável."

Essa é a manifestação do presidente da Fiesc, Glauco José Côrte, em que o livro traz o relatório das atividades e o desempenho referente a 2012 e as respectivas parcerias, projetos, necessidades para o triênio 2013, 2014 e 2015.

Eu também quero aproveitar este horário, sr. presidente, para parabenizar a Fetaesc que hoje comemora 45 anos. Ontem, tivemos uma sessão aqui

em sua homenagem, uma proposta do colega deputado Mauro de Nadal. E cumprimento o presidente José Walter Dresch, amigo, companheiro.

Acompanho o trabalho do José Walter Dresch, desde o momento em que foi militante no sindicato, em São Miguel, depois presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e hoje presidente da Fetaesc. Então, o nosso reconhecimento a ele e a todos os 200 sindicatos no estado, que compõem a Fetaesc, pela importância do trabalho e pelas lutas que têm feito em prol da agricultura de Santa Catarina.

Hoje, temos uma paralisação promovida pela associação comercial e entidades empresariais e políticas do município de Xanxerê, em razão das obras terem parado na BR-282. Quem passa por lá, ou mora nesse município, e as indústrias que dependem dessa rodovia sabem do que estou falando. É um crime contra a economia do nosso estado o abandono daquelas obras no perímetro urbano do município de Xanxerê. Ali são aproximadamente três quilômetros que para investimentos futuros há necessidade que o DNIT faça a duplicação de mais um espaço igual.

Não gostaria de entrar no mérito da discussão que o Brasil está debatendo tão fortemente, mas temos um regime diferenciado das obras da Copa do Mundo.

Lá temos uma obra há quase três anos, deputado Jorge Teixeira, paralisada, prejudicando o município de Xanxerê, prejudicando todo o oeste catarinense, e não há uma solução, não há um regime diferenciado.

Parece-me que a empreiteira que fazia a obra faliu, quebrou, abandonou a obra, pelo menos, e precisa-se de uma solução, pois sabemos que no serviço público os administradores ficam engessados com essa questão.

É uma obra importante, uma obra fundamental para o município de Xanxerê, para o oeste catarinense e para o estado de Santa Catarina, mas infelizmente a paralisação daquela obra levou hoje toda a comunidade, a classe empresarial, as associações a fazerem uma paralisação. E deve ter havido trancamento da BR, pedindo que o governo

federal, que o DNIT, veja a importância e a necessidade de concluir aquela obra.

Então, as obras realizadas de hospital, de BRs, quando uma empresa abandona, desiste, temos meios legais através da lei de licitação, mas é preciso criar um regime especial, diferenciado nessas questões, porque senão o governo fica engessado.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Ouço o nobre deputado Dirceu Dresch.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark. Quero me somar à sua fala. Inclusive, esse é um tema que tratamos aqui várias vezes. E estivemos vários vezes juntos ao DNIT discutindo isso, pois é uma rodovia que usamos semanalmente.

Então, de fato, para o desenvolvimento de Xanxerê, uma vez que a BR-282 é uma das rodovias principais do estado do estado de Santa Catarina, principalmente para o oeste...

Lamentavelmente, mais uma vez vimos, perto de Laguna, no sul, na BR-101, que a empresa quebrou, não passou a obra para frente. Tenta repassar para outra empresa, mas a negociação não avançou ainda. E fazer nova licitação agora pode demorar mais ainda.

Então, precisamos, e concordo com v.exa., criar regras mais práticas para quando houver quebra de uma empresa, para possamos rapidamente contratar outra e fazer as obras andarem, porque a sociedade nos exige.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, colega deputado Dirceu Dresch. É muito importante a sua manifestação.

Realmente, encontramos obras de escolas, de hospitais, enfim, obras públicas que quando há um problema com a empresa ganhadora da licitação o estado fica engessado, e obras importantes ficam, por longo tempo, paralisadas. Então, é importante que se busque uma forma de resolver rapidamente.

Também registro a solidariedade da Assembleia Legislativa com a população de Xanxerê, com a

comunidade, com a classe empresarial, com os que estão fazendo esse manifesto para essa obra que precisa de solução.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito boa-tarde, sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e Rádio Digital.

Hoje, na comissão de Constituição e Justiça desta Casa, aprovamos projetos importantes, deputado Serafim Venzon, depois de duas audiências públicas realizadas no dia 1º de julho, para discutir um projeto que tramita nesta Casa, de origem governamental, e mais oito projetos parlamentares que, inclusive, debatemos no dia de ontem.

Aprovamos hoje na CCJ um projeto de lei de origem governamental, com as contribuições de outros projetos de vários deputados e deputadas desta Casa, que trata da prevenção a incêndios e pânico no estado de Santa Catarina. E hoje se comemora o Dia Nacional do Bombeiro, então, foi uma boa oportunidade para aprovarmos na CCJ, por unanimidade, esse projeto.

Quero também aproveitar para convidar todos os presentes e a população catarinense para uma sessão solene, hoje, às 19h, nesta Casa, em homenagem aos bombeiros e aos projetos realizados pelo Corpo de Bombeiros, que são exemplo para este estado, como o projeto Bombeiro Mirim.

O que me faz assomar à tribuna nesta tarde é para dizer que Blumenau ficou mais triste com o falecimento, na tarde de ontem, do sr. Harold Heinrich Letzow, embaixador da Oktoberfest, como era carinhosamente conhecido por todos os blumenauenses e visitantes da cidade. Ele completaria 89 anos. Deixa órfã a sua família e todos os descendentes de alemães. Ele, mais do que ninguém, personificou a alegria da maior festa germânica no Brasil, a Oktoberfest.

Nasceu em Taió, no alto vale do Itajaí. Desde muito cedo, Harold Letzow cultivou o amor à

tradição alemã. Aos 14 anos ajudou os pais na administração da Sociedade de Caça e Tiro Pomerode, onde foi morar com a sua família, tendo assumido a presidência daquele clube em 1949. Ele foi o criador de uma orquestra jovem de bandoneon, instrumento comum na música típica alemã.

Em 1959, seu Letzow se mudou para Blumenau, ajudando a fundar o Clube Cultural 25 de Julho, clube em que foi presidente por três gestões. No clube, promoveu um dos maiores encontros de corais da região e fundou em 1984 o primeiro grupo folclórico de danças alemãs de Blumenau - o Blumenauer Volkstanzgruppe. Esse grupo nasceu com a Oktoberfest e foi formado para resgatar a tradição dos nossos antepassados alemães. E foi na grande tragédia de 83 e 84, quando Blumenau foi vitimada por enchentes, que se organizou, através do prefeito à época, Dalto dos Reis, e criou-se a Oktoberfest, para dar alegria ao povo que tinha sofrido com duas grandes enchentes, perdendo suas casas e seus comércios.

O seu Letzow foi um dos organizadores dessa festa. E o seu grupo de dança foi o único que participou de todas as edições da Oktoberfest. Ele foi um dos maiores defensores da cultura e das tradições germânicas. Ele tornou-se o embaixador oficial do evento em 1997, quando Décio Lima foi prefeito de Blumenau. A última participação efetiva, em que participou de todos os desfiles da festa, foi em 2002. No ano passado, em 2012, ele participou de todos os desfiles também, e no último desfile pediu para o seu filho colocar uma faixa de despedida, agradecendo ao povo de Blumenau e às pessoas que visitavam a nossa cidade, pelos 30 anos de aplausos.

Naquele ano mesmo começaram os grandes problemas de saúde, causados pelo mal de Alzheimer. E um dos personagens mais queridos da Oktoberfest deixa-nos para levar sua alegria contagiante em outra dimensão. É isso que acredito. Estamos nesta vida de passagem e precisamos sempre fazer o bem para melhorar a vida das pessoas. E foi assim com o seu Letzow.

Deixa quatro filhos, netos, bisnetos e a esposa Odaci. À família do querido Harold Letzow, a nossa homenagem ao embaixador da Oktoberfest.

O nosso embaixador se foi, mas tenho certeza de que conseguiu transmitir, através das suas convicções, muitas coisas boas para Blumenau.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero saudar o sr. presidente, os srs. deputados, as sras. deputadas, todos que nos acompanham.

Quero, nesta tarde, fazer um registro sobre a moção que fizemos aqui, no dia 16 de junho, contra as Resoluções n.s 429 e 434, do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). E volta a velha discussão do emplacamento, da documentação de tratores e máquinas agrícolas no nosso país.

Pela informação que tivemos, srs. deputados, houve uma audiência pública, na Câmara, solicitada pelo deputado Marcão, do PT, do estado do Rio Grande do Sul. E essa resolução foi suspensa novamente, por conta das grandes mobilizações que houve em todo o Brasil, inclusive nesta Casa e em outros espaços, pelas organizações dos agricultores.

Nós ainda estamos buscando essa informação, se confere o fato de ter sido suspensa. Mas esperamos que isso se resolva de fato, porque não concordamos de que máquina agrícola, trator, que no máximo vai para a BR, para as rodovias, quando vai de uma lavoura para outra ou quando vai para o conserto, tenha que ser emplacada. Por isso, somos contra essa questão do emplacamento.

O segundo ponto que quero trazer aqui, como presidente da comissão da Aquicultura e Pesca desta Casa, é o acordo entre o ministério da Pesca com o governo do estado, através da secretaria de Agricultura, para a demarcação de 437 fazendas de maricultura no estado, localizadas entre Palhoça e São Francisco do Sul.

Até dezembro de 2014 serão investidos 3.14 milhões, com a contrapartida de 20% do estado. São 3.14 milhões do governo federal, e do estado são 20% de contribuição. Isso é justamente para fazer essa sinalização, que era uma das reivindicações dos nossos agricultores e principalmente dos maricultores do estado de Santa Catarina, pois temos um grande número de famílias que tiram dessa atividade a sua renda, a sua sobrevivência e que, portanto, precisam da sinalização dos locais, das fazendas que funcionam. Ali vamos ter uma demarcação dentro do mar, onde os maricultores estarão produzindo e tirando a sua renda, trazendo desenvolvimento para o nosso litoral de Santa Catarina, entre Palhoça e São Francisco do Sul.

Essa é uma das reivindicações que estamos tratando em várias audiências públicas. Inclusive, era uma das principais reivindicações dos maricultores do município de Governador Celso Ramos.

Então, ficamos felizes, porque é onde o ministério da Agricultura e Pesca faz mais um importante investimento no estado.

Falando nisso, tivemos, na semana passada, dois grandes seminários, um em Imaruí, no sul do estado, e um em São Ludgero, com uma participação muito grande de agricultores, pescadores e também de lideranças dos municípios, principalmente do complexo Lagunar, em Imaruí, colônias de pescadores, sindicatos, cooperativas, federações, quando encaminhamos boas iniciativas em defesa da nossa pesca.

Na próxima quarta-feira, pela manhã, vamos ter mais uma audiência pública, no dia 10, para discutir a cadeia produtiva da piscicultura e da maricultura.

Quero falar sobre o momento nacional que o nosso país vive, que teve repercussão dentro do país e fora dele, com relação às mobilizações principalmente da nossa juventude. E queremos reforçar a legitimidade da importância de o povo, de a população, ir para as ruas quando se desafia avançar em políticas públicas no Brasil.

Reconhecemos a importância da luta, da mobilização, porque entendemos que é um grande caminho que a democracia nos coloca para reivindicar, para buscar direitos, para buscar investimentos, principalmente política pública, transporte, saúde, educação, enfim, um conjunto de providências.

Quero ressaltar que o governo da presidente Dilma Rousseff e do ex-presidente Lula tem feito grandes transformações no país. Isso com certeza está sendo reconhecido pela sociedade brasileira. Caso contrário, estaríamos, hoje, com certeza, debatendo sobre a falta de emprego. E lembramos que há 12 anos, 13 anos, tivemos 50% da juventude desempregada no Brasil. Felizmente, hoje, estamos com políticas acertadas e vemos um país com pleno emprego. Outra questão seria a valorização do salário mínimo no país, pois em 2002, 2001, tivemos um salário mínimo de 68 dólares, o que hoje equivale em torno de R\$ 150,00. Então, valorizamos o salário do nosso país e continuamos valorizando o salário mínimo do Brasil.

Além disso, poderia estar-se discutindo a abertura de novas universidades federais, porque abrimos, durante esses dez anos, 14 universidades, mais de 350 escolas técnicas, e através do ProUni são mais de dois milhões em bolsas de estudo para jovens que estão estudando. Então, se não fossem essas mobilizações passadas, com certeza teríamos outras pautas.

Agora, também fruto do desenvolvimento que o país vem caminhando, de crescimento econômico, de geração de emprego, de renda, vivemos algumas consequências que impactam a sociedade brasileira. E uma das grandes consequências é o trânsito, onde o povo brasileiro, os trabalhadores assalariados, tiveram condição de comprar o seu carro. E aí é óbvio que aumentamos a frota de automóveis nas cidades, nas BRs, pois as pessoas tiveram melhores condições de financiamento para poderem comprar caminhões próprios e fazerem o transporte.

O pobre, o trabalhador, não viajava de avião neste país, mas agora começou a viajar. E assim a infraestrutura nossa não consegue acompanhar os

investimentos para dar conta dessa nova demanda que o país gera, a partir do nosso crescimento econômico, geração de emprego e renda do nosso povo brasileiro.

Portanto, algumas importantes pautas foram resolvidas e outras estão por serem resolvidas. Infelizmente, o nosso governo, a presidente Dilma Rousseff, tem feito um grande esforço nesses últimos dias e, com certeza, vai atender à grande parte das reivindicações do povo brasileiro. E o Congresso Nacional tem contribuído, eis que aprovou os *royalties* para a saúde e educação. Mas iremos avançar muito nesse próximo período.

Agora, o que entendemos ser importante, sr. presidente, é encararmos o tema da reforma política. O financiamento privado de campanha é um dos grandes gargalos da corrupção política em nosso país. Se não resolvermos isso, não resolveremos esse debate estratégico, não apenas do financiamento público de campanha, com prestação de contas clara e outros temas, como a questão de fortalecimento dos partidos políticos, da fidelidade partidária, das alianças proporcionais, que precisam ser encarados no próximo período.

Então, acredito que o nosso país, depois de ser campeão da Copa das Confederações, com certeza...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

Inscrito o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quem nos acompanha pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, nesta tarde de terça-feira, quero usar esses cinco minutos para fazer uma referência especial ao Dia dos Bombeiros, comemorado a cada dois de julho. Nesta data, quero fazer uma

eloquente saudação a todos os companheiros bombeiros militares do estado de Santa Catarina, a todos os homens e mulheres que compõem essa instituição respeitada da sociedade catarinense, e assim o é de todas as partes do Brasil.

Ontem, tivemos uma audiência pública, aqui na Assembleia Legislativa, para debater um assunto de interesse da sociedade catarinense, uma pauta dos bombeiros militares do estado, que é a aprovação do Projeto de Lei n. 65/2013, que veio do Executivo e que tem um conjunto de tentativas de inserção de emendas por parte de deputados que também elaboraram projeto nesse sentido, aproximadamente seis, oito projetos que foram elaborados por parlamentares agora neste ano de 2013, especialmente a partir do sentimento de insegurança provocado por aquela tragédia na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, que ocasionou a morte de 242 pessoas, jovens, num incêndio em uma boate.

Assim, diversos projetos foram apresentados por deputados nesta Assembleia, e assunto específico tem sido demandado pelo corpo de bombeiros militares há pelo menos 15 anos, deputada Luciane Carminatti.

Há 15 anos que o Bombeiro Militar de Santa Catarina busca instituir numa lei estadual aquilo que já existe em norma federal, mas que ainda não tem em instituição do estado, não teria a atribuição específica de cumprir e de fazer cumprir. Os bombeiros militares de Santa Catarina seguem essa normatização técnica federal, mas de fazer cumprir, não, no sentido de que o Bombeiro faz a fiscalização, levanta uma situação de risco, averigua uma possibilidade iminente de uma tragédia, mas fica de mãos amarradas, não pode fazer nada. Ou melhor, o que pode fazer é encaminhar o assunto e o problema a outras instituições, à Polícia Civil, ao prefeito municipal ou ao Ministério Público. Evidentemente, o outro órgão vai receber a denúncia e vai começar um processo de investigação e de análise, para depois, se for o caso, tomar alguma decisão. Enquanto isso fica uma situação que possibilita a

tragédia se não naquela intensidade, pelo menos parecida com aquela que houve em Santa Maria.

Então, por conta também desse acontecimento no Rio Grande do Sul, 15 anos depois o Palácio do governo encaminhou o projeto para a Assembleia Legislativa. Veio em regime de urgência, mas foi quebrado esse regime de urgência. E até não entendemos direito por quê.

Não é possível que possa haver qualquer sentimento de qualquer deputado ou de qualquer setor da sociedade catarinense que possa ser contra a aprovação desse projeto. Apresentar emenda, melhorar, acrescer, modificar, evidentemente que é compreensível, mas retardar a sua aprovação, em minha avaliação, é uma irresponsabilidade.

Foi aprovado na manhã de hoje, na comissão de Constituição e Justiça, felizmente, e aí temos a expectativa que seja aprovado, amanhã, na comissão de Finanças e de Trabalho ou de Segurança, para que possa, já na tarde de amanhã, ser aprovado em plenário esse Projeto de Lei n. 0065, dando o poder de polícia ao Corpo de Bombeiros, que é a forma de garantir que o Poder Público do estado tenha um ente responsável e responsabilizável por essas questões.

Há necessidade de termos uma legislação e termos o poder de polícia para o Corpo de Bombeiros. É a possibilidade de que um órgão público estadual, com autonomia para tal, possa inclusive interditar o ambiente que possa provocar uma tragédia e que evidentemente fique responsabilizável pela segurança da população, porque a lei imporá que terá atribuição e obrigatoriedade de agir no caso de necessidade.

Então, essa é a expectativa dos bombeiros e também a nossa.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado José Milton Scheffer, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Eu gostaria de cumprimentar o deputado Romildo Titon, nosso vice-presidente, que preside esta sessão. E, em seu nome, quero cumprimentar todos os srs. deputados, a sra. deputada Angela Albino e todas as nossas colegas deputadas.

(Passa a ler.)

"Hoje, dia 02 de julho, é uma data consagrada aos Bombeiros, para prestarmos em nome da nossa bancada uma homenagem a essa importante categoria, que tem o maior nível de confiabilidade.

No mundo, 98% das pessoas confiam nos bombeiros. E no Brasil, 94% confiam nos bombeiros.

Por isso, essa é uma data para uma homenagem justa e necessária a se fazer a essa corporação e às pessoas que fazem parte dela.

O Corpo de Bombeiros foi criado no Brasil por D. Pedro II, no Decreto Imperial n. 1.775, de dois de julho de 1856, regulamentando pela primeira vez o serviço de extinção do fogo. Seu primeiro comandante foi o major João Batista de Moraes Antas. Por isso, o patrono do Corpo de Bombeiros do Brasil é D. Pedro II.

Mais tarde, a data foi oficialmente incorporada no rito nacional pelo Decreto Federal n. 35.309, no dia dois de abril de 1954, pelo então presidente Getúlio Vargas, do PTB.

No mundo, o Dia Internacional dos Bombeiros é quatro de maio, dia de São Floriano, patrono mundial da categoria".

Por isso, nós do Partido Progressista queremos nesta tarde também nos irmanar às homenagens e à comemoração do Dia Nacional dos Bombeiros.

Quero também, sr. presidente, relatar a missão que participamos acompanhando o governador Raimundo Colombo ao Japão, na última semana, missão também formada por empresários de Santa Catarina, pela Federação das Indústrias, Fiesc, por técnicos da secretaria da Agricultura, pelo secretário João Rodrigues, por entidades representativas da Associação Catarinense dos Criadores de Suínos, também da Associação Brasileira de Exportadores de Carnes Suínas. E tivemos vários encontros e tratativas com o

ministério da Agricultura no Japão, visando remover os últimos entraves para a liberação, a exportação de carne suína catarinense para o Japão.

Queremos referenciar o grande trabalho da embaixada brasileira no Japão, também de técnicos ligados à equipe, pela receptividade, pelo acompanhamento e pelo trabalho desenvolvido no sentido de abrir esse importante mercado para Santa Catarina. E da mesma maneira é preciso reconhecer o ministério da Agricultura, representado pelo superintendente que esteve junto acompanhando toda essa missão.

Foram feitos encontros proporcionados pela Fiesc, também com o instituto equivalente aqui no Brasil ao Sebrae, onde foram feitas várias tratativas e trocas de informações e conhecimentos, para que também além da carne suína seja aberta a possibilidade de exportação de outros produtos do Brasil para o Japão, um mercado muito forte, que tem uma economia sólida, de bons negócios. Então, que o Brasil e Santa Catarina venha aos poucos consolidando essa parceria.

Por isso, estamos nesta tarde prestando contas desta tribuna. E temos também o deputado Moacir Sopelsa que acompanhou essa missão, ele que é presidente da comissão de Agricultura, produtor de suínos, nosso grande líder do agronegócio do município de Concórdia, que acompanhou toda a missão chefiada pelo governador Raimundo Colombo. E, diga-se de passagem, o nosso governador Raimundo Colombo já esteve três vezes, somente este ano, no Japão, para resolver de uma vez por todas esse entrave que é tão importante para a suinocultura catarinense.

Os nossos produtores de suínos, que hoje comercializam carne abaixo do custo de produção, estão vendo nessa abertura de mercado a grande possibilidade de começarem a ter lucratividade com essa atividade. Por isso, a importância dessa missão.

Queremos reconhecer todos os entes governamentais, a iniciativa privada que também se fez presente nessa viagem para o Japão.

O Japão é hoje, sr. presidente, o maior importador de carne suína do mundo, comprando o equivalente a 1,2 milhões de toneladas por ano. E a expectativa é que numa primeira etapa Santa Catarina possa responder talvez à exportação de 10% desse mercado. E esperamos condições de ocupar esse espaço, exportando ainda em torno de 100 mil a 120 mil toneladas por ano para o mercado do Japão.

Com isso o estado deve exportar até 230 mil toneladas, num horizonte de três a quatro anos. Hoje, Santa Catarina é líder nacional em produção de carne suína. Somos o estado que mais produz carne suína, uma média de 800 mil toneladas/ano. A projeção do Sindicarne indica que a produção catarinense de carne suína, com essa exportação para o Japão, poderá passar, num horizonte de três anos, para um milhão de toneladas já em 2017, um aumento no nível de produção de 30%.

Hoje a nossa produção é concentrada na região oeste, e essa abertura com o mercado japonês irá projetar mais regiões, talvez, como o sul do estado e outras regiões o alto vale do Itajaí, para aumentar sua produção, gerando novas oportunidades de negócios, de diversificação da propriedade agrícola. E, sem dúvida nenhuma, a expectativa é que tenhamos aqui um incremento da lucratividade, da rentabilidade da suinocultura catarinense.

Por isso, na qualidade de deputado estadual, também de membro da comissão de Agricultura e da comissão de Economia, queremos cumprimentar o governo estadual, todos os técnicos envolvidos no processo de sanidade animal da Epagri, da Cidasc, do ministério da Agricultura, porque ao longo dos anos construímos uma condição sanitária animal que nos proporcionou, nesta última semana, acessarmos a um dos mercados mais exigentes para importação de carne, que é o mercado japonês. Através deles, Santa Catarina terá condições de exportar para a Coreia do Sul e para outros mercados, porque o mercado japonês nos credencia a acessar novos mercados.

Por isso, daqui para frente temos que organizar e planejar a nossa produção e nos aparelharmos para termos, sem dúvida, um melhor rendimento econômico, mais especificamente para todos os produtores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero fazer um agradecimento muito especial ao nobre deputado e colega de partido José Nei Ascari, por um importante trabalho que ele fez na comissão de Constituição e Justiça, através de um pedido de vista a um projeto meu, conseguindo fazer com que o parecer do relator fosse derrubado, que seria pela inconstitucionalidade, e mostrou que o nosso projeto de lei é constitucional e que pode ser discutido e aprovado por aquela comissão.

Trata-se do Projeto de Lei n. 0042/2013, de minha autoria, que dispõe sobre a obrigatoriedade do funcionário da secretaria Estadual de Saúde, informar ao Juizado da Infância, da Juventude e do Idoso ocorrência que envolva a criança, adolescente ou idoso com indício de maus tratos. Temos acompanhado pela imprensa vários casos de pessoas que colocando câmeras escondidas acabam vendo, infelizmente, a imagem tão ruim e desastrosa de pessoas que agridem crianças, adolescentes ou idosos.

São cenas revoltantes que, muitas vezes, vêm à tona para mostrar uma pontinha somente do que acontece no dia a dia das casas, principalmente aqui do Brasil.

Temos acompanhado também a ação forte da Vara da Infância, do Adolescente e do Idoso, quando se trata de denúncia dessas pessoas. Mas o que

observamos é que, na verdade, há muita agressão em criança, adolescente e idoso que entra na rede pública de atendimento, e, muitas vezes, dá para perceber, deputado Neodi Saretta, que é uma agressão, mas o funcionário não tem a obrigatoriedade de passar para frente aquela possível agressão para que possa ser verificada a sua veracidade ou não.

Este nosso Projeto de Lei n. 0042/2013, no seu art. 1º, diz o seguinte:

(Passa a ler.)

Art. 1º. O funcionário da Secretaria Estadual de Saúde, no exercício da sua função, que detectar indício de maus tratos em crianças, adolescente ou idoso, fica obrigado a informar a direção do órgão de sua atuação para que através de ofício, imediatamente, comunique a Vara da Infância, do Adolescente e do Idoso.

Parágrafo Único - O ofício de informação dirigido à Vara da Infância, do Adolescente e do Idoso deverá conter as seguintes informações:

I - Nome completo do menor ou idoso e qualificação se possível;

II - Qualificação do acompanhante no momento do atendimento;

III - Cópia completa do boletim de atendimento com os respectivos procedimentos adotados.

Art. 2º - O servidor que não cumprir o que determina esta Lei ficará sujeito às penalidades contidas no Estatuto do Servidor Público Estadual.[...]"[sic]

Tenho absoluta certeza, deputado Nilson Gonçalves - e v.exa. trabalha na comunicação com os boletins de polícia -, de que v.exa., muitas vezes, já teve que noticiar a agressão à criança ou ao idoso por parte de pessoas, sejam elas familiares ou muitas vezes não familiares, que trabalham dentro das casas, e isso é revoltante.

Pois bem, o nobre deputado Aldo Schneider deu um parecer a esse projeto dizendo que encaminhava a rejeição do voto dele porque dizia que era inconstitucional.

O deputado José Nei Ascari fez o voto de vista ao Projeto de Lei n. 0042/2013 colocando uma

série de ponderações da própria Constituição quando diz no art. 24:

(Passa a ler.)

"Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

[...]

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

[...]

XV - proteção à infância e à juventude";

[...]

O art. 227 da Constituição diz:

"Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida [...], além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

[...]

Art. 230 - A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida."

E mais ainda, a Constituição Estadual, no art. 186, diz:

"Art. 186 - A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado, observados os princípios e normas da Constituição Federal.

Parágrafo único. Cabe ao Estado promover:

[...]

III - criação de serviços de prevenção, orientação, recebimento e encaminhamento de denúncias referentes à violência no seio das relações familiares[...]"[sic]

Ou seja, está no nosso estado o art. 186 que nos dá o direito de fazer esse tipo de lei.

Por isso, quero fazer aqui um enorme agradecimento ao deputado José Nei Ascari. E foi por conta dessa visão lúcida de todos esses parágrafos e artigos, sejam eles da Constituição Federal ou Estadual, que deram o entendimento para que todos os outros membros da comissão de Constituição e Justiça pudessem votar, sr.

presidente, o voto de vista do deputado José Nei Ascari e não do relator da matéria, que era o deputado Aldo Schneider. Nada contra o deputado, mas por uma leitura jurídica teria dito que era inconstitucional. E estamos aqui exatamente para isso.

Mas tenho certeza de que agora, na continuidade do encaminhamento dessa nossa matéria, vai dar a possibilidade de logo, logo estar aqui em plenário e conseguirmos fazer com que seja lei, para que aqui em Santa Catarina, em qualquer hospital público que entrar um idoso, uma criança ou um adolescente, deputado Dóia Guglielmi, com sinais de agressão o servidor fique na obrigação de denunciar aquele ato. Sendo que se ele não fizer isso poderá estar respondendo por ato de prevaricação.

Não podemos de forma alguma estar aqui, atônitos, olhando essa violência doméstica que acontece. São Pais contra filhos; são filhos contra pais; é empregado de serviços de casa que acabam muitas vezes, como alguns cuidadores de idosos, deputado Jorge Teixeira, que acabam fazendo daqueles que deveriam cuidar os seus sacos de pancadas.

Estamos vivendo um fato, sr. presidente, muito visível. Estamos tendo cada vez mais pessoas com mal de Alzheimer. Antigamente diziam que a pessoa estava caducando, esquecendo, com amnésia, que chegou à velhice. E agora cada vez mais as pessoas estão tendo o prognóstico disso, que é o mal de Alzheimer, que começa com a pessoa se esquecendo das coisas recentes, relembrando das coisas mais antigas. E o final dele é a posição fetal do idoso.

Hoje, o mal de Alzheimer não esta pegando só pessoas da terceira idade. Temos pessoas muito mais jovens com esse mal. Então, é óbvio que precisamos garantir a essas pessoas que ficam numa vulnerabilidade muito grande a segurança e a certeza de que, se algo for feito contra elas, a lei vai ter condições de dar o direito para que essa pessoa pague pelo crime que está fazendo.

Por isso, quero mais uma vez agradecer ao deputado José Nei Ascari que com sua visão jurídica conseguiu buscar na Constituição Federal, na Constituição Estadual, pareceres, artigos e normas que pudessem salvar esse Projeto de Lei n. 0042/2013, que agora continua a sua peregrinação pelas outras comissões. E penso que em breve estará aqui para que possamos aprovar essa lei e dar um pouco mais de garantia às crianças, aos adolescentes e aos idosos nessa questão da agressão muitas vezes cometida dentro de casa.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo horário pertence ao PMDB. Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, imprensa, no meu primeiro manifesto quero fazer um agradecimento e também os cumprimentos às corporações dos bombeiros pelo seu dia hoje. Sou um eterno, deputado Kennedy Nunes, defensor dos bombeiros voluntários que fazem na cidade onde moro, deputado Antônio Aguiar, um grande trabalho, mas hoje é o dia de todos os bombeiros que prestam seus serviços nas horas mais difíceis. Os meus cumprimentos a todos.

Também quero cumprimentar a direção do Hospital São Francisco, em Concórdia. A cidade completa 79 anos, este ano, e o hospital completa hoje 78 anos. O hospital nasceu junto com o município de Concórdia, um hospital que nos orgulha pelo trabalho que faz, um trabalho coordenado pelos Camilianos, com interesse voltado para a sociedade. Parabéns ao Hospital São Francisco.

Eu também quero agradecer aos colegas deputados por me permitirem fazer uso do Horário dos Partidos Políticos no dia de hoje.

Também quero cumprimentar e parabenizar o nosso partido que teve, no sábado passado, uma memorável convenção, da qual infelizmente não consegui participar. Dos 583 convencionais, se não

me falha a memória, 557 exerceram o seu direito de voto.

Parabéns ao dr. Eduardo Pinho Moreira, nosso vice-governador, nosso presidente reeleito. Tenho certeza de que ele continuará elevando o nome do nosso partido, em Santa Catarina. Um partido que tem, sem dúvida nenhuma, com respeito a todos os partidos, uma grande militância, uma grande bancada aqui na Assembleia e uma participação forte no governo Raimundo Colombo.

Também quero cumprimentar e parabenizar o deputado Mauro Mariani, aliás, ele deve ser duplamente parabenizado, primeiramente, por ter feito uma grande convenção e ser um grande companheiro. Eu tenho certeza de que se ele não ganhou a eleição, também não foi derrotado. É um grande líder que tem o PMDB. E o reconhecimento veio, deputado Antônio Aguiar, na convenção.

O segundo motivo de estarmos parabenizando é que a esposa do deputado Mauro Mariani, um dia depois da convenção, deu-lhe três filhas trigêmeas.

Eu, que sou pai de três filhas, posso aconselhá-lo a respeito, pois as minhas já são mulheres, deputadas Ana Paula Lima e Luciane Carminatti. Então, posso falar com conhecimento.

Meus parabéns ao deputado Mauro Mariani.

Antes de iniciar fazendo um pequeno relato da nossa viagem, concedo um aparte ao deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Deputado Moacir Sopelsa, v.exa. trouxe à baila um tema importante sobre a convenção do PMDB em Santa Catarina, mas saiba também que teremos as convenções municipais no final do ano. E quero estar junto com v.exa. compartilhando a grande vitória do PMDB, Partido Movimento Democrático Brasileiro, no estado de Santa Catarina, com a Presidência do Eduardo Pinho Moreira, nosso vice-governador, escolhido como o próximo presidente do PMDB do estado de Santa Catarina.

Da mesma forma, gostaria de me reportar ao deputado Mauro Mariani, que fez com que as convenções agitassem o partido e ao mesmo tempo

revigorassem o partido, mostrando que existem outros caminhos a percorrer.

Então, parabéns a Eduardo Pinho Moreira e também a Mauro Mariani, pelo importante ato de democracia que fizeram no sábado, aqui na Assembleia Legislativa, fazendo com que o partido do PMDB voltasse a ser grande e, mais uma vez, mostrando a união com a eleição que tivemos.

Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado, incorporo o seu pronunciamento à minha fala.

Ouvia há pouco o deputado José Milton Scheffer fazer um pequeno relato da nossa viagem ao Japão, muito cansativa, quando acompanhamos com muito prazer o governador Raimundo Colombo e sua comitiva, a comitiva do presidente da Fiesc, dr. Glauco Côrte. E lá estava também o vice-prefeito do município de Concórdia, Neuri Santhier.

Participamos do seminário organizado pela Fiesc, no Hotel Imperial, em Tóquio, com a presença de um grupo de mais de 60 empresários japoneses. E as tratativas junto aos empresários catarinenses foram as mais diversas, naquilo que é o nosso interesse, no momento em que mudar, imagino, uma trajetória de sucesso para a suinocultura catarinense.

Visitamos uma empresa, a Jetro, uma trade que funciona em apoio aos empresários japoneses interessados em exportações e importações. Participamos de um jantar, na embaixada do Brasil, em Tóquio, oferecida pelo embaixador Marcos Galvão. Foi um jantar feito com a carne catarinense da primeira exportação, oferecida pela empresa BRF, líder no Brasil e no mundo.

O governador Raimundo Colombo fez questão de agradecer ao vice-ministro da Agricultura, do Japão, Yoshito Kajiya, uma das pessoas encarregadas da entrada da nossa carne naquele país. O ministério da Agricultura japonês entendeu a qualidade dos produtos, a segurança que Santa Catarina oferece para aquilo que irão adquirir.

A delegação contou também com a participação do deputado José Milton Scheffer, do secretário da

Agricultura, João Rodrigues, do presidente da Fiesc, Glauco Côrte, do presidente da Associação das Indústrias Exportadoras de Carne Suína - Abipesc, Rui Vargas, e do diretor-executivo do Sindicarne, Ricardo Gouvêa.

Nessa noite foi quando recebemos a primeira informação de que a BRF carregava, nos primeiros dias deste mês, os *containers* de carne suína para o Japão. O diretor da Aurora, Dilvo Casagrande, também anunciava, no mesmo momento, que carregaria mais dois *containers* para lá.

A empresa BRF está instalada na sua base eleitoral, deputado Romildo Titon, na cidade de Campos novos. Um frigorífico moderno, que tem todas as condições de exportar para o mundo.

Entendo que não basta só o mercado japonês que conquistamos que vai mudar a característica da produção de suínos em Santa Catarina, mas o mercado mundial podemos alcançar pela tradição, pela seriedade que os japoneses tratam os seus negócios.

Tenho certeza de que a partir de agora estaremos aptos, e já há interesse da China, da Coreia e dos Estados Unidos comprarem a nossa carne suína.

Espero que a suinocultura catarinense, que trabalhou tanto, que os produtores, as indústrias que pagaram para chegar a este momento, possam também fazer parte da lucratividade, deputado Neodi Saretta, uma vez que o Japão compra cortes de primeira de suíno, como é o lombinho, como é o filé mignon, como outros produtos importantíssimos.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, só para registrar a presença do prefeito Almir Fernandes, do Sílvio, do Jair, de

Timbó Grande, também dos vereadores Amauri Furtado de Souza e Alexandro Evangelista, que estão aqui tratando de assuntos de interesse do município.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, quero aproveitar o ensejo também para transmitir um forte abraço a todos os prefeitos e vice-prefeitos dos quatro cantos deste estado, que se encontram em Florianópolis, e muitos deles estão nesta Casa, depois de termos participado de um almoço, hoje, no restaurante Lindacap, juntamente com o senador Paulo Bauer e demais componentes da executiva do PSDB, quando tivemos a oportunidade de formar algumas composições, conversas em nível de executiva do PSDB, que certamente vão redundar numa convenção no dia 14/07/13, nesta Casa.

Será uma convenção que irá ser, na verdade, mais uma aclamação daqueles que estão pré-candidatos à executiva do partido, tendo à frente o senador Paulo Bauer que irá assumir a Presidência do PSDB a partir desse dia. Foi um momento muito especial com todos os prefeitos. E queremos agradecer pelo esforço que cada um deles desprende para vir à capital participar desse evento.

Aproveito também para agradecer muito particularmente a presença do sr. Clenilton Carlos Pereira, vice-prefeito de Araquari, que neste momento está em meu gabinete aguardando, pois logo mais teremos uma audiência com o secretário de estado da Infraestrutura. Também agradeço a presença do sr. Mário Fernando Reinke, prefeito de Massaranduba, e de sua esposa que hoje é vereadora daquele município.

O prefeito Fernando trouxe para nós um convite para a Festa do Colono e do Motorista, nos dias 19, 20 e 21 de julho, onde teremos, com certeza, a

satisfação de prestigiar esse acontecimento, no município de Massaranduba.

O deputado Kennedy Nunes falava agora há pouco que não são só as pessoas da terceira idade que têm mal Alzheimer, essa doença terrível. Vou confessar que hoje pela manhã eu estava tentando lembrar o nome de um parceiro, do ex-deputado Clésio Salvaro, ex-prefeito, mas não conseguia lembrar o seu nome. Pensei, será que estou com algum problema? Eu olhava a mão e a via tremer. Será que vou ter que ir ao médico antes de ir à sessão? Mas, para meu alívio, logo lembrei o nome do meu amigo ex-deputado Clésio Salvaro.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes (Intervindo) - Mas essa falta de memória não é Alzheimer. O Alzheimer é a falta de memória recente.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Mas essa é bem recente. De qualquer maneira é evidente que o ideal mesmo é procurar um médico para saber se está tudo bem.

Quero me reportar aqui, sr. presidente e srs. deputados, a duas situações. A primeira é a do deputado Dado Cherem, de quem recebi correspondência pedindo solidariedade numa derrubada de veto do governo do estado, com relação a um projeto seu aprovado nesta Casa, o de n. 061/2012, que dispõe sobre o direito de pessoa portadora de seqüela grave advinda de queimaduras. E lendo esse ofício me lembrei de tantas outras situações que nós deputados apresentamos nesta Casa e muitas vezes temos aprovado aqui, mas quando chega ao Executivo ele devolve com o veto do governador. E claro que vem com a assinatura do governador, mas na verdade o governador apenas assina aquilo que o seu setor jurídico determinou e entendeu que não seria constitucional. Isso tem acontecido inúmeras vezes.

O que me chama atenção é que antes de aprovarmos todos os projetos nesta Casa, todos passam pela comissão de Constituição e Justiça. E essa comissão de Constituição e Justiça tem, no meu entendimento, alto saber jurídico, ou seja, seus membros entendem perfeitamente a questão jurídica e exaustivamente analisam nossos

projetos, antes de esses projetos serem submetidos à votação da comissão. Eles dizem que o relator é quem dá opinião, mas na verdade o relator é o responsável que está na comissão, mas quem faz o relato é alguém de alto saber jurídico, que dá a posição e diz ao relator que ele pode assinar, que é assim mesmo que tem que ser. Salvo as exceções, onde o relator diz que não vai aprovar, você faz um relatório para não aprovar. Mas em 90% das situações acolhe-se o parecer jurídico e submete-se à aprovação.

O que me chama atenção é que depois de passar por todas as análises nas comissões vai para o governo do estado, onde também o departamento jurídico do Executivo analisa e entende que não vale. Quer dizer, parece que há dois tipos de faculdade de Direito neste país, porque para a mesma coisa há dois entendimentos, totalmente conflitantes. Então, é difícil.

Gostaria de adentrar mais profundamente ao assunto, mas o meu tempo esgotou.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, embora esteja inscrito para falar mais tarde, quero aproveitar a presença do grupo Os Sessentões, um grupo musical de Concórdia, que estão aqui e irão nos brindar com uma apresentação, para cumprimentá-los. Temos aqui o Valdir Weber, o Armando da Silva, o Hiário Decker, o Arto Finger, o Evaldo Herpich, o Cherilo Lunkis, o Mário Kleber, o Estefanin Romani, o Anilo Kleber, o Irineu Hermes, o Nelson Lermenn, o Silviomar Bernarde.

Quero saudá-los e dizer da satisfação de tê-los nesta Casa. Depois faremos uma referência maior ao trabalho desse grupo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos

Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Luciane Carminatti, por dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente e srs. deputados, primeiro quero fazer referência ao Dia dos Bombeiros, pela importância que tem essa profissão. Inclusive, encaminhamos um projeto que obriga todas as escolas a terem, no ato da matrícula, laudo do Corpo de Bombeiros. Essa é uma forma de garantir que as escolas tenham de fato condições adequadas de atendimento.

É importante destacar que estudos recentes apontam que em Santa Catarina apenas 1,7% das escolas apresentam estrutura ideal. Também não podemos deixar de mencionar que o juiz Hélio do Valle Pereira, da 3ª Vara da Fazenda Pública, decidiu interditar o CIC, a partir dessa última segunda-feira, por falta de aprovação do Corpo de Bombeiros para o seu funcionamento.

Então, isso demonstra a importância que tem essa categoria profissional, que garante segurança e condições de habitabilidade, convivência e utilização dos espaços.

Mas a pauta que me faz assomar a esta tribuna é toda a demanda que será tratada entre as centrais sindicais no dia 11 de julho próximo.

Todos nós sabemos que há vários temas sendo abordados nas ruas, mas precisamos garantir que temas estruturantes e que de fato fazem diferença para a sociedade brasileira sejam garantidos.

Portanto, a Central Única dos Trabalhadores, a CTB, a Força Sindical, a União Geral dos Trabalhadores, a Central Sindical e Popular, a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil e a Central dos Sindicatos Brasileiros, assim como a Nova Central Sindical de Trabalhadores e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra realizam, no dia 11 de julho, em todo o país, um grande dia nacional de lutas, com mobilizações, paralisações e greves, no sentido de chamar a sociedade brasileira para um debate mais sério e profundo sobre os temas que envolvem a nossa nação.

O que motivou a população a ir às ruas, a princípio, foi a revogação do aumento da tarifa do transporte coletivo. E neste sentido as centrais têm dito que o transporte coletivo precisa ser subsidiado pelos governos, mas isso não pode impedir investimentos em saúde, educação, segurança e transporte de qualidade para a classe trabalhadora.

Eu quero abordar os temas que unificam todas essas centrais e que como parlamentares precisamos também contribuir nesse debate. Primeiro, com relação ao combate ao Projeto de Lei n. 4.330, que estará sendo votado no próximo dia nove de julho, na Comissão de Constituição e Justiça, que trata da terceirização, que retira direitos dos trabalhadores brasileiros e precariza ainda mais as relações de trabalho no Brasil. Para quem ainda não tem conhecimento, esse projeto trabalha com duas categorias de trabalhadores, aqueles contratados diretamente com as empresas, que são os que têm mais direitos, e aqueles terceirizados, que são tidos como segunda categoria, com menos direitos, mesmo que o trabalho seja o mesmo e no mesmo local.

Hoje, nós temos 10 milhões de trabalhadores, nessa condição. E todos os trabalhadores que estão formalizados, dos 45 milhões de trabalhadores, 22% - deputada Angela Albino, é muita gente - são terceirizados. Portanto, salários e benefícios menores em condições de trabalhos inferiores. E muitas empresas terceirizadas acabam fechando as portas sem cumprir com os direitos trabalhistas e rescisórios. E esses trabalhadores são fundamentais para o trabalho. Inclusive, nesta Casa, temos muitos trabalhadores terceirizados, e eles acabam sendo prejudicados.

Somente para termos uma ideia, do ponto de vista da saúde do trabalhador, e o deputado Neodi Saretta preside uma importante Frente Parlamentar, no Brasil, de cada dez acidentes de trabalho, hoje, oito são terceirizados, ou seja, a terceirização afeta, com certeza, prioritariamente, os trabalhadores terceirizados.

O segundo ponto é a redução da tarifa do transporte sem qualquer corte de gastos sociais.

O terceiro ponto são os 10% do Orçamento da união para a saúde pública. Inclusive, comemoramos os 25% dos *royalties* do petróleo para a saúde. Mas ainda precisamos acompanhar bem como que esse recurso chega, quando e de que forma que ele chega para a população que mais precisa.

O quarto eixo de unificação são os 10% do PIB para a educação pública. Uma luta histórica da categoria do magistério e da sociedade brasileira.

Eu fico feliz como professora, porque muita gente agora acordou para essa luta. Mas também quero dizer que tenho 42 anos e nunca estive dormindo nessa luta, sempre perseguimos mais dinheiro para a educação. E que bom que as ruas também se somaram e acordaram para essa importante luta, que são os 75% dos *royalties* do petróleo, o nosso ouro preto, para a educação. Mas, porém, contudo, entretanto, precisamos garantir que esse dinheiro vá para o setor público da educação brasileira. Esse é outro tema em disputa permanente.

O quinto ponto fundamental é o fim do fator previdenciário, porque ele reduz o valor do benefício de quem se aposenta por tempo de serviço antes de chegar aos 65 anos para homens e 60 anos para as mulheres.

Mais um ponto de unificação é a redução da jornada de trabalho para 40 horas, sem redução dos salários. Isso porque vamos conseguir garantir mais postos de trabalho e algo que hoje é um valor considerado tanto como alimentação, moradia, saúde, que é o valor e o direito ao lazer, à convivência e às condições de convivência em família.

A nossa vida, hoje, resume-se ao trabalho. Reduzir a jornada também é qualidade de vida, também é saúde.

Outro ponto fundamental é a luta pela reforma agrária. E nesse sentido é importante destacar que o *site* Terra divulga que temos no Brasil menos de 50 mil proprietários rurais com mais de mil hectares, controlando 50% das terras cadastradas,

ou seja, 1% dos proprietários rurais detém 46% das nossas terras. São quatrocentos milhões de hectares titulados como propriedade privada, sendo que desses quatrocentos milhões de títulos 60 milhões apenas são utilizados como lavoura.

Segundo o Incra, temos 100 milhões de hectares de terras ociosas e 4,8 milhões de sem-terra. Portanto, o tema da reforma agrária não é apenas dos sem-terra, é dos que têm terra, que produzem na cidade, dos trabalhadores, porque a falta de alimentos neste país afeta todos.

Por último, temos o debate nacional, que os movimentos sociais também fazem há muito tempo, sobre a suspensão dos leilões do petróleo. Outras lutas também estão sendo incorporadas como, por exemplo, a luta pela democratização da mídia e a reforma política, para que de fato possamos ter políticos mais representativos, com controle social e um sistema eleitoral onde o patrão seja o povo. Quando o patrão é quem financia um político, é claro que esse sistema está contaminado. Agora, quando o patrão é o povo, acredito que vamos ter mais respeito pela classe política que, hoje, é muita questionada.

Também, quero dizer, sr. presidente, que fiquei muito triste quando o ministro do Supremo disse para ser candidato pode ser candidato avulso. Fico imaginando quantos avulsos sem compromisso nenhum, com nada, com ninguém, com categoria nenhuma, mas com um bom financiamento privado pode se tornar representante de ninguém, porque quem é candidato avulso não representa a população brasileira, ao contrário, cada vez mais precisamos fazer com que os políticos e os parlamentares tenham representação política dos segmentos, das ruas, para que sejam cobrados. Avulsos não têm cobrança de ninguém.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado e parabéns, deputada Luciane Carminatti, pelo pronunciamento e posicionamento de v.exa., com o qual eu, particularmente, também concordo e subscrevo.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0039/2013, 0041/2013, 0058/2013, 0059/2013, 0067/2013, 0068/2013, 0070/2013, 0071/2013, 0079/2013, 0091/2013, 0095/2013, 0096/2013, 0104/2013, 0111/2013, 0113/2013, 0114/2013, 0118/2013, 0119/2013, 0122/2013 e 0125/2013. Todos esses ofícios, sras. e srs. deputados, encaminham documentação de entidades para manter a condição de entidade pública.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0058/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt, que institui o Dia Estadual do Brincar no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0398/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider, que denomina de Horst Purnhagen a sede do 5º Batalhão da 3ª Companhia do Corpo de Bombeiros Militar, no município de Taió.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Também, esta Presidência comunica que retira de pauta as Mensagens n.s: 0778/2013, 0789/2013,

0792/2013, 0821/2013, 0822/2013, 0823/2013, 0837/2013, 0853/2013 e 0861/2013. Essas matérias retiradas serão transferidas para a pauta do dia de amanhã.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0224/2013, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 11.936, de 2001, que declara de utilidade pública o Centro de Recuperação de Dependentes de Drogas Resgate de Vida, de Porto Belo.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0081/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari, que institui o Dia Estadual das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apaes - e da Federação Catarinense das Apaes, a ser comemorado, anualmente, no dia 11 de dezembro, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Sr. deputado José Nei Ascari, ao cumprimentá-lo pela escolha da data, esta Presidência coloca em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as seguintes indicações de n.s: 0394/2013, 0395/2013, de autoria do deputado

Silvio Dreveck, 0396/2013, de autoria do deputado Narcizo Parisotto, 0397/2013, 0398/2013, 0399/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, 0400/2013, 0401/2013, 0402/2013, 0403/2013, 0404/2013, 0405/2013, de autoria do deputado Reno Caramori, 0406/2013, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, 0407/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, 0408/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer, 0409/2013, 0410/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari, 0411/2013, 0412/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

A Presidência comunica, ainda, que defere os seguintes Requerimentos n.s: 0701/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, 0702/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos, 0703/2013, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, 0704/2013, de autoria do deputado Pedro Baldissera, 0705/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, 0706/2013, de autoria do deputado Narcizo Parisotto, 0707/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, 0708/2013, 0709/2013, de autoria da deputada Angela Albino, 0710/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, 0712/2013, de autoria do deputado Moacir Sopelsa.

Terminada a pauta da Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Esta Presidência agradece ao deputado Pedro Baldissera, por sua importante presença eclesial num grande evento ocorrido no município de Içara, no último domingo, onde toda comunidade catarinense católica da diocese do município de Criciúma foi muito bem conduzida pelo nosso bispo dom Jacinto, liderada pelo padre Antônio, da paróquia de Içara, e pelo empresário Zefiro Giassi que fez a doação.

Deputado José Milton Scheffer, v.exa. estava viajando, mas teve a sua ausência justificada. E a sua representação lá estava, juntamente com outros parlamentares.

Lá vimos, deputado Silvio Dreveck, o lançamento de um grande projeto religioso e turístico, que está sendo empreendido no sul do estado, que é a construção do Santuário do Sagrado

Coração de Jesus, da diocese de Criciúma. Um projeto arrojado, um megaempreendimento que vai servir não só para renovar e fomentar a fé católica, deputado Padre Pedro Baldissera, mas também, não tenho dúvida, será mais um dos atrativos turísticos do grande sul catarinense.

V.Exa. estava lá, juntamente com os deputados Valmir Comin, Jorge Boeira, Dóia Guglielmi, que foi quem liderou todo o processo, com a representação do deputado Altair Guidi, da deputada Ada De Luca, do deputado José Nei Ascari, do deputado Manoel Mota. E também lá estávamos para manifestar apoio àquele grande empreendimento, especialmente para o empresário Zefiro Giassi e à dona Ana Giassi, sua esposa, que foram doadores de uma área de três hectares, onde esse grande empreendimento será erguido.

Portanto, muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera, por ter também nessa sua condição de representante da comunidade católica neste Parlamento ter prestigiado aquele evento.

Também quero cumprimentar e associar-me a todos os cumprimentos, mais uma vez, pela posse do professor Gildo Volpato, pela sua recondução e posse para mais um período, juntamente com o professor Márcio Fiori, no comando da nossa Unesc - Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina, numa sessão extremamente concorrida na noite de ontem.

O Sr. Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, gostaria de cumprimentá-lo, cumprimentar todos os srs. deputados, as sras. deputadas e registrar a visita em nossa Casa do nosso vereador Jucélio José de Andrade, do município de Ibirama, distrito de Alberge, acompanhado do presidente do Guarani, pelo Zanella, presidente da Associação de Bairro de Alberge, pelo secretário distrital, pelo Bilo, nosso empresário, e pelo prefeito municipal de

Ibirama, que estão na capital do nosso estado nos visitando, vendo o trabalho que estamos fazendo neste Parlamento em prol de toda comunidade.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider.

Esta Presidência também registra a presença dos ilustres representantes do nosso querido alto vale do Itajaí.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa Legislativa.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação, quero inicialmente saudar todas as pessoas que estão nas galerias desta Casa, em nome dos prefeitos, vice-prefeitos, vereadores do PSDB, que estão nesta Casa para um encontro com a bancada estadual do nosso partido. Estão presentes também o atual presidente do PSDB, Beto Martins, o ex-presidente ou presidente licenciado Leonel Pavan, bem como o senador Paulo Bauer.

Na pauta deste encontro estão as discussões, as preparações para o dia 14 de julho, quando o PSDB se reúne, numa grande convenção estadual, para eleger o diretório e a nova executiva estadual do partido.

O nosso PSDB, que está caminhando a passos firmes, decididos, fortalecendo o partido, prepara-se para a eleição estadual, municipal e federal, no próximo ano, e temos candidatos fortes. Em nível federal já temos muitos candidatos, mas apontando especialmente o senador Aécio Neves, que já foi governador de Minas Gerais, deputado federal, presidente da Câmara dos Deputados, parente político de grande figura política e sem dúvida tem grande carga e potencial para ser o próximo presidente do Brasil.

Em nível de estado teremos candidatos a governador, a senador, enfim, uma chapa completa para deputado federal e estadual. E tudo isso vai

depende da habilidade, do desempenho do partido, vai depender muito da executiva e do presidente do nosso partido, para fortalecer as pessoas que já estão no partido, buscar figuras, pessoas novas que venham a se juntar ao nosso entusiasmo, justamente para apresentar à nação e ao povo de Santa Catarina uma proposta de governo.

Acompanhamos, nos últimos dias, os movimentos sociais expressando a indignação pela postura do governo que está desagradando a grande maioria da população que contribui com larga escala tributária e que não vê os serviços públicos realizados a contento, seja na saúde, na educação, no transporte, principalmente nas cinco áreas em que a presidente da República apresentou um pacto.

Ela quer trabalhar na questão fiscal, no combate à inflação, pois está aí a economia brasileira enfraquecendo, o entusiasmo dos empresários diminuindo, o poder de compra da sociedade também diminuindo, os juros aumentando, a relação dólar/real ficando cada vez menor. E isso vai fazendo com que haja um descontentamento cada vez maior.

A carga tributária está altíssima e cada vez é mais difícil burlar o fisco, e o empresário que já pagava muito, agora, com essa rigorosidade fiscal, está pagando ainda mais. Naturalmente que a soma desse descontentamento, tanto daqueles que buscam o serviço quanto desses que contribuem, faz com que haja esse crescimento dos movimentos sociais.

Alguns dizem que o governo federal tem se destacado muito na questão social. Não é bem verdade, pois nos últimos dez anos, o Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil só mudou cinco pontos. Hoje, o Brasil ocupa o 85º lugar no mundo em IDH. Há 11 anos éramos o 90º, ou seja, com tudo que se fez, com milhões investidos no programa Bolsa Família, por exemplo, mudamos em desenvolvimento humano apenas cinco pontos em relação aos demais países do mundo.

Então, dá a impressão de que o governo federal administra a miséria, em vez de usar políticas públicas para que essas pessoas que são vítimas da

miséria possam ressurgir, através do trabalho, das suas habilidades.

Distribuir o Bolsa Família para 15 milhões de famílias, atingindo mais de 30 milhões de eleitores, certamente cerca de 50 milhões de pessoas são beneficiadas pelo programa, não tem modificado muito o Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil. Então, há, sim, que se rever urgentemente essa política do governo federal de distribuir benesses em vez de investir em ações que venham a desenvolver as pessoas, suas habilidades, para elas mesmas poderem buscar o seu sustento com o seu próprio salário, que dá naturalmente uma satisfação muito maior.

Entre essas propostas que a presidente colocou, ela enfatizou também a questão da reforma política. A reforma política, sem dúvida nenhuma, entre os cinco pactos, é o lado que ela mais pode agir rapidamente. E, tendo em vista as eleições do ano que vem, existe uma urgência que se faça isso.

Não vejo como poderia agir se tentar, como foi a primeira proposta, convocar uma Constituinte - um absurdo - ou ainda fazer um plebiscito. O que o governo federal imagina que pode encontrar num plebiscito? Vai fazer quatro, cinco ou seis perguntas em que o cidadão brasileiro será levado às urnas com um castigo para quem não for: o de ter que pagar por ter faltado a eleição. Ou irá dispor de um dia especial para votar, para responder a algumas perguntas que não vão levar a absolutamente a nada.

O que a presidente tem que fazer - e ela tem poder para isso - é estimular a votação dos projetos que já estão na Câmara dos Deputados e no Senado. Existem centenas de projetos que versam sobre a questão de precisar ou não existir suplente de senador, as eleições únicas a cada quatro anos, proibir a reeleição do Executivo, a extinção dos cargos de vice, a questão do voto distrital, a proibição dos eleitos a deputados ou a vereadores de assumirem cargos executivos, a revisão do pacto federativo, a diminuição dos cargos comissionados, e a exigência de

parlamentares para que estejam mais tempo no plenário para discutir assuntos.

Então, há centenas de projetos lá. Basta colocá-los em votação. Daí, sim, já poderão surtir efeito para o próximo ano.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados e estimados catarinenses que acompanham esta sessão, quero, antes de mais nada, fazer um registro importante - e já foi feito aqui nesta tribuna, mas quero reforçá-lo pela importância da categoria. Hoje, 2 de julho, é o Dia Nacional dos Bombeiros. Nós devemos muito a essas corporações que fazem um trabalho importante para a nossa cidade, o estado e o país.

Gostaria de fazer este registro, solidarizar-me e desejar que essas corporações possam atuar sempre com mais força, vigor e, principalmente, estrutura e recursos.

A questão maior dessa minha fala nesta tarde é para fazer uma referência ao grande evento do oeste de Santa Catarina, a Expo Concórdia que vai ser realizada no nosso querido município de Concórdia de 20 a 29 de julho. Este é um evento de tradição que se realiza a cada dois anos.

Diz o texto do folder do evento:

(Passa a ler.)

"Expo Concórdia

A maior e mais completa Expofeira do alto Uruguai catarinense e uma das maiores do estado de Santa Catarina: essa é a Expo Concórdia. Evento que atrai pessoas de vários estados brasileiros durante os dez dias de realização e reúne setores da indústria, comércio, agropecuária, construção civil, veículos, agricultura familiar, gastronomia, música e cultura.

Juntamente com Expo Concórdia acontece a Festa Nacional do Leitão Assado, um dos principais

eventos gastronômicos do Brasil, que divulga e incentiva o consumo da carne suína através de receitas exclusivas.

A Expo Concórdia é uma ótima oportunidade para se fechar bons negócios.”

Então, sr. presidente e srs. deputados, como eu vinha dizendo, esse é um evento tradicional no nosso município que, no dia 29 de julho, completa 79 anos de existência. Um município pujante que cresceu com a força do seu povo, de sua gente trabalhadora, que leva inclusive o nome conhecido no estado de Santa Catarina como a capital do trabalho. Berço de uma das maiores agroindústrias deste país e também de outras pequenas agroindústrias familiares, de um comércio, de uma indústria forte, de uma agricultura que dá exemplo para o Brasil e para o mundo na produção de alimentos.

Essas características estarão conseqüentemente sendo mostradas de forma mais visível nessa feira, nessa expo que vai realizar-se em julho.

Temos o prazer de ter aqui presente uma delegação importante do município, com a presença do prefeito, do vice-prefeito e lideranças municipais, a presença dos nossos queridos amigos Os Sessentões. Vamos ser abrilhantados com as músicas que serão apresentadas. Também vamos apresentar um pouco da nossa tradição, da nossa cultura, juntamente com a equipe, com o Silvomar e a Margarete que estão organizando um café colonial, uma espécie de degustação de produtos da nossa querida Concórdia.

Hoje, aqui nesta Assembléia Legislativa, às 18h, faremos o lançamento desse evento importante na cidade de Concórdia, que mais uma vez ajuda a projetar o nosso município para o estado na divulgação também. Inclusive, sr. presidente, na expo anterior a Assembleia Legislativa lá esteve presente. E com certeza estará agora também.

Já fizemos um requerimento, e v.exa. deferiu, já concedeu nesse sentido. E gostaríamos de forma muito especial de convidá-lo. Assim como os demais pares, para hoje, se possível, às 18h, quando faremos aqui esse lançamento, no hall da

Assembleia. Portanto, agradecemos a direção da Casa, porque, quando solicitamos, prontamente nos foi viabilizada as condições para que pudéssemos, através da equipe de coordenação da Expo Feira, organizar o evento de hoje, que visa principalmente à divulgação da grande feira que acontecerá em julho, a Expo Concórdia.

Então, estão todos convidados. E ao nosso município, a todos os organizadores da feira, em nome da comissão central organizadora, desejamos êxito, sucesso e que possamos mostrar as potencialidades econômicas, as potencialidades culturais, mas, principalmente, a força do trabalho da gente concordiense, da gente que construiu um município forte, de gente de luta, trabalhadora, que com esforço e suor construiu uma cidade forte, com empresas fortes, com gente que dá exemplo de trabalho, honestidade e de luta para toda Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Obrigado, deputado Neodi Saretta.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, caros colegas deputados, quem mais nos acompanha na tarde desta terça-feira, quero abordar aqui o assunto que tem sido a angústia dos militares estaduais, nas últimas semanas.

Cada dia que passa, cada semana que passa aumenta ainda mais essa angústia com relação à questão do salário dos policiais e bombeiros militares do estado de Santa Catarina.

É evidente que existe um movimento das entidades representativas - especialmente da Aprasc, à qual sou vinculado, inclusive como ex-diretor, cargo que ocupei pelo período de 12 anos, - desde o começo do ano, para que o governo apresente uma proposta salarial para o segmento de segurança pública, especialmente para os militares estaduais.

Outros setores do serviço público, pelo menos os grandes, tiveram, do ano passado para cá, um

tratamento da questão salarial. E os militares estaduais continuam parados, esperando a incorporação de abonos, que já se decidiu há um ano e meio, mas que tem ainda um parcelamento que vai até março do ano que vem. Mas a partir do momento que o tempo passa, temos a inflação voltando a aparecer, especialmente na cesta básica, que é o elemento que mais pesa no orçamento das famílias de remuneração média para baixa, que é o caso da maioria dos militares estaduais.

Então, dessa discussão que tem vindo e o debate que tem ocorrido entre a maior entidade dos praças, a Aprasc, o secretário da Fazenda e o secretário da Administração, uma expectativa que se criou, ou seja, a perspectiva de que no mês de junho, mês seis, o governo encaminharia para esta Assembleia Legislativa o projeto de lei no sentido de que fosse aprovado, ainda antes do recesso, ou seja, até os próximos quinze dias. E o assunto que era para ter ido de forma mais ou menos harmônica começou a ficar difícil, porque os prazos passaram a ser empurrados para frente. Começam a aparecer argumentos. Agora são as manifestações populares. Mas a maioria dos praças está doida para ir para as manifestações populares, justamente para dizer que essa é mais uma reivindicação necessária da sociedade catarinense.

Isto dá certo receio, no sentido de que em 2008, naquele movimento de paralisação que houve por parte dos praças da Polícia Militar, no finalzinho de 2008, o elemento que *startou*, a gota d'água para aquele movimento, foi o do então governador Luiz Henrique, de que não poderia mais discutir salário naquele final de ano, a continuidade do pagamento da Lei n. 254, porque tinha tido a enchente em Blumenau e no vale do Itajaí.

Nós chegamos a ponto de desmarcar a assembleia da categoria, evidentemente que considerando a situação de conflito e o fato de termos a metade dos praças da polícia e do bombeiro trabalhando naqueles eventos, acudindo a população, acudindo a sociedade.

O tempo foi passando, as semanas foram passando. E como desmarcamos a assembleia da categoria que estava marcada, a Aprasc desmarcou, o governo foi lá e desmarcou toda a agenda de reuniões que deveriam acontecer, argumentando que por causa da enchente em Blumenau os técnicos da Fazenda e Administração não poderiam continuar a agenda de reuniões para discutir a questão salarial. E suspenderam tudo.

No comecinho de dezembro, continuando com o mesmo argumento de que em virtude da enchente o governo não poderia mais tratar de salário naquele ano, irritou muito o fato de que em Blumenau marcaram uma megafesta para o dia 24 de dezembro, e na capital um megashow para o dia 31 de dezembro, financiados pelo governo do estado, pelos prefeitos municipais.

Aqui na Beira Mar, perto da Ponte Hercílio Luz, o governo do estado financiou, junto com o prefeito, na época o prefeito era do mesmo partido do governador, um show pirotécnico não sei de quantos milhões de reais. Era dinheiro para pagar o transporte público da população da capital o mês inteiro. Era o dinheiro da festa de final de ano que estava marcada.

O governador argumentava que não dava para discutir a questão salarial, porque tínhamos que entender que o estado tinha passado por uma tragédia. Mas gastava milhões com a festa de *revellion* aqui, com o seu correligionário prefeito Dário Berger, e com outra festa esplêndida, na véspera de Natal, em Blumenau. Claro que isso ajudou a revoltar a categoria, e saiu aquele movimento.

Agora espanta, porque pessoas da mesma composição governista usam o mesmo argumento: em virtude das manifestações, temos que suspender os debates. Isso é inaceitável. Outro elemento é que as datas apresentadas pelos representantes do governo, neste debate especificamente, o secretário da Fazenda, Antonio Gavazzoni, e Derly Anunciação, da Administração, precisam ser cumpridas, porque entra em desarmonia na relação

das entidades com o comando-geral da Polícia Militar.

Na tarde de ontem, foi essa a situação. As entidades resolveram se reunir, na sexta-feira, e decidiram levar um ofício ao comandante-geral da PM, de uma contraproposta que houve informalmente do secretário do palácio. E o comandante já mandou embora o presidente da Aprasc, porque não estava fardado, ele que mora e trabalha em Joinville. Disse que não faria a reunião com militar da ativa à paisana. Para não suspender a reunião e colocar a culpa na Aprasc, o militar saiu e ficou o outro representante da Aprasc, o sargento Fortuna. Na argumentação o comandante disse que ele teria que entender que era militar da ativa e que estava ali como sargento, ou seja, deu uma chave de galão, enquadrando o representante da entidade que tem 12.700 filiados.

Essa postura não leva a nenhuma situação harmoniosa e construtiva. Se o comandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina, coronel Nazareno Marcineiro, não reconhece a legitimidade das entidades representativas da categoria, de fato não dá mais para tê-lo como interlocutor para qualquer debate de ordem salarial ou de carreira. Ele é o comandante da instituição, tem poder discricionário sobre todos os policiais militares, nas questões funcionais, ou seja, na atividade profissional policial militar, porque a nossa experiência histórica nos ensina que para tratar da questão de salário, da carreira, da nossa vida, os comandantes-gerais não nos representam. Não nos representam, porque a experiência histórica ensina que sempre que houve isso o comandante-geral acaba beneficiando principalmente as cúpulas da instituição, porque ele não é, e ninguém é, isento de pertencer a qualquer segmento de subgrupo.

O comandante-geral da Polícia Militar é oficial da Polícia Militar com a carreira de 30 anos de oficial. E as diversas pernadas, conflitos internos, acontecidos nos últimos 20 anos, foram provocados justamente porque nessas discussões em que só o comandante-geral falava por todos os outros a base era prejudicada em relação à cúpula.

Inclusive, por esses elementos e por essas questões, em 2001 criamos uma entidade chamada Aprasc.

Portanto, não admitimos, repudiamos, desconsideramos e pedimos que o governador Raimundo Colombo e seus secretários intervenham nessa questão, porque o comandante manda nas questões funcionais da Polícia Militar e será, sim, respeitado e sempre. Mas quem diz qual o salário que devo receber, qual o direito que não quero perder é a entidade representativa desses militares.

O comandante-geral querer definir qual o direito que 20 mil policiais vão perder e dar chave de galão no representante de doze mil e setecentos praças, quando está debatendo esse assunto, sinceramente, é preciso tomar uma postura de uma autoridade maior para que esse episódio não se repita, porque não precisamos de conflitos, precisamos de uma posição formal do governo a respeito de salário.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE(Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência antes de encerrar a presente sessão convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem ao Dia do Bombeiro e ao projeto social Bombeiros Mirins.

Está encerrada a sessão.